

PROJETO BÁSICO

PREGÃO ELETRÔNICO - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO SISTEMA GLP PARA PRODUÇÃO DE ASFALTO
(À LUZ DA LEI N° 13.303/2016)

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE PROJETO BÁSICO			
OBJETO:	Contratação de serviço continuado de empresa especializada na manutenção de equipamentos utilizados no sistema de gás liquefeito de petróleo (GLP), para produção de CBUQ na usina de produção de asfalto da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.		
NÚMERO DO PROCESSO:	00112-00011100/2024-15		
REVISÃO:	DESCRIÇÃO:	DATA:	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO:
R01	Versão 01	25/11/2024	Dóris Akemi Akagi – Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 285.172-5 Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4 José Flávio Salgado Ribeiro – Engenheiro Civil, matrícula: 75.107-3 Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9
R02	Versão 02	14/01/2025	Dóris Akemi Akagi – Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 285.172-5 Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4 José Flávio Salgado Ribeiro – Engenheiro Civil, matrícula: 75.107-3 Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9
R03	Versão 03	19/05/2025	Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9 Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4
R04	Versão 04	30/05/2025	Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9 Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO
2. DA JUSTIFICATIVA
3. DAS CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO
4. FUNDAMENTO LEGAL
5. DEFINIÇÕES E SIGLAS
6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES
7. DOCUMENTOS TÉCNICOS
8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES
9. DA VISITA E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS
10. DAS PROPOSTAS
11. PRAZOS, LOCAL E HORÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
12. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA / COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA
13. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
14. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS()
15. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO
16. MEDIÇÃO E PAGAMENTO
17. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO
18. GARANTIAS E SEGUROS
19. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
20. SUBCONTRATAÇÃO
21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
23. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO
24. DAS SANÇÕES
25. RECURSOS E ARBITRAGEM
26. MATRIZ DE RISCO
27. BIBLIOGRAFIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. O presente termo tem como objeto a contratação de empresa especializada na manutenção de equipamentos utilizados no sistema de gás liquefeito de petróleo (GLP), para produção de CBUQ na usina de produção de asfalto da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP
- 1.2. Os equipamentos interligados ao sistema de gás liquefeito de petróleo (GLP) mencionados neste Projeto Básico incluem painéis elétricos, maçaricos (usina e aquecedor térmico), equipamentos adjacentes aos maçaricos, painéis de comando e cabeamento, todos pertencentes à NOVACAP. Esses equipamentos serão submetidos as manutenções contratadas.
- 1.3. Detalhamento das manutenções:

PREVISÃO DE DEMANDAS DE MANUTENÇÃO				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade mensal	Quantidade anual
1	Manutenção preventiva programada	un	1	12
2	Manutenções emergenciais em horário normal sob demanda	un	2	24
3	Manutenções emergenciais em horário noturno sob demanda	un	2	24

4	Manutenções emergenciais em feriados e fins de semana sob demanda	un	1	12
---	---	----	---	----

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1.** A manutenção desses equipamentos é fundamental para assegurar a eficiência e continuidade do processo produtivo de CBUQ na usina de asfalto da NOVACAP. Como os maçaricos e os painéis elétricos desempenham papéis críticos na operação e segurança do processo, sua manutenção regular e especializada é necessária para evitar paradas não programadas e garantir a qualidade do produto final.
- 2.2.** Os equipamentos abrangidos pela manutenção são os seguintes:
- 2.2.1.** Maçaricos: Equipamentos responsáveis pela aplicação de calor necessário em diversas etapas do processo produtivo do CBUQ, os maçaricos requerem manutenção especializada para garantir o desempenho ideal e a segurança nas operações.
- 2.2.2.** Painéis Elétricos: Essenciais para o controle e monitoramento dos sistemas elétricos do maçarico na usina de produção de CBUQ, os painéis elétricos devem ser mantidos em perfeitas condições operacionais para assegurar a estabilidade do processo e a prevenção de falhas técnicas.
- 2.3.** A manutenção desses equipamentos é fundamental para assegurar a eficiência e continuidade do processo produtivo de CBUQ na usina de asfalto da NOVACAP. Como os maçaricos e os painéis elétricos desempenham papéis críticos na operação e segurança do processo, sua manutenção regular e especializada é necessária para evitar paradas não programadas e garantir a qualidade do produto final.
- 2.4.** Os serviços aos quais se refere o presente projeto básico consistem na **manutenção preventiva e corretiva** dos maçaricos (usina e aquecedor térmico), dos equipamentos adjacentes aos maçaricos, dos painéis de comando e do cabeamento, todos de propriedade da NOVACAP.
- 2.5.** O objeto do contrato possui natureza comum, visto que se trata de prestação de serviço de manutenção de equipamentos utilizados em gás liquefeito de petróleo (GLP), portanto o procedimento licitatório obrigatório é o Pregão Eletrônico.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a Nota Técnica 37 (SEI nº 154279494).

OBJETO: Contratação de empresa especializada na manutenção de equipamentos utilizados em gás liquefeito de petróleo (GLP).				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM	X	NÃO	
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	X
Definida	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
------------------------	-----	--	-----	---

MODALIDADE	
Procedimento Licitatório Eletrônico	
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	X
Pregão Presencial	
Dispensa de Licitação	
Inexigibilidade de Licitação	

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM		NÃO	X

PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP	SIM		NÃO	X

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

MODO DE FORNECIMENTO	
Empreitada por Preço unitário	X
Empreitada por Preço global	
Contratação semi-integrada	
Contratação integrada	

- 3.2.** Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP:
- 3.2.1.** O objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata de prestação de serviço de manutenção de equipamentos utilizados em gás liquefeito de petróleo (GLP)
- 3.2.2.** O objeto da presente contratação é de natureza continuada, visto que o objeto será contínuo;
- 3.2.3.** O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de tecnologia da informação, visto que se trata de serviço de manutenção;
- 3.2.4.** Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

3.3. A demanda da contratação é estimada. Trata-se de quantidade estimada pela Divisão de Produção de Materiais - DPMA - da NOVACAP que estimou uma quantidade de manutenções necessárias para evitar ou minimizar as paralizações na usina de asfalto da NOVACAP.

3.4. Não haverá o parcelamento do objeto devido a manutenção envolver equipamentos de **alta periculosidade**, o que torna imprescindível a **indivisibilidade** das responsabilidades. A individualização da responsabilidade nesse contexto é inviável, considerando que todas as etapas do serviço estão interligadas e dependem de uma execução coordenada.

3.5. A licitação se dará por Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico, que será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 13.303/16, Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e disposições deste documento e do Edital.

3.5.1. Serão obedecidas as disposições dos Art. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

3.6. Não haverá restrição à participação de empresas consorciadas, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital.

3.7. Não será permitida a contratação de cooperativa, visto que a natureza do objeto a ser contratado e o modo como este é executado no mercado em geral implica em subordinação entre o empregado e a CONTRATADA.

3.8. É vedada a participação de cooperativas neste processo de contratação, uma vez que a natureza da atividade requer vínculo empregatício e relação de subordinação. Além disso, a prestação do serviço de manutenção por meio de cooperativas é inviável, pois, em caso de falha, seria difícil identificar o responsável pela execução do serviço.

3.9. Para o Contrato não haverá restrição à participação de micro e pequenas empresas, conforme prevê a legislação, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital.

3.10. Não haverá participação exclusiva de ME e EPP, bem como da cota reservada conforme detalhado a seguir:

3.10.1. Devido à **complexidade** e **especificidade técnica** do serviço de manutenção, não é viável realizar o **desmembramento** em modalidades de ampla concorrência e cota reservada. Esse tipo de serviço apresenta particularidades que demandam um planejamento e execução **integrados**, com controle **rigoroso** por parte da administração pública, a fim de garantir **eficiência, qualidade e segurança** na entrega do resultado final.

3.10.2. Além disso, é importante destacar que a manutenção envolve equipamentos de **alta periculosidade**, o que torna imprescindível a **indivisibilidade** das responsabilidades. A individualização da responsabilidade nesse contexto é inviável, considerando que todas as etapas do serviço estão interligadas e dependem de uma execução coordenada. Essa característica requer que o serviço seja conduzido por uma equipe técnica **única**, devidamente **capacitada** e sob a mesma **gestão**, assegurando a atribuição clara e centralizada de responsabilidades. Qualquer tentativa de fragmentação ou divisão de responsabilidades poderia gerar **riscos** significativos para a segurança dos profissionais, para a integridade dos equipamentos e para a qualidade do serviço prestado.

3.10.3. Outro ponto relevante é que serviços dessa natureza demandam um **acompanhamento preciso** e contínuo por parte da administração pública, tanto na fase de execução quanto na fase de avaliação de resultados. A **unidade contratual** facilita o **controle**, a **fiscalização** e a **avaliação** de desempenho, assegurando a aplicação eficiente e transparente dos **recursos públicos**, além de garantir que o serviço seja prestado dentro dos padrões de **qualidade** estabelecidos.

3.10.4. Ainda, vale ressaltar que o desmembramento do contrato poderia trazer desafios adicionais à gestão e **coordenação** entre diferentes prestadores, resultando em dificuldades para garantir a **uniformidade** na execução das tarefas e o alinhamento aos objetivos do projeto. A **fragmentação** do serviço não apenas eleva os riscos de atrasos e **incompatibilidades**, como também aumenta as exigências administrativas para monitoramento e controle, prejudicando a **agilidade e eficácia** na gestão pública.

3.10.5. Portanto, considerando a natureza **integrada**, a impossibilidade de **individualizar** responsabilidades, a **indivisibilidade** das tarefas e os requisitos de **controle** e **fiscalização** precisos, conclui-se que a aplicação de ampla concorrência e cota reservada não é adequada para este serviço de manutenção. A unidade contratual se configura como a melhor estratégia para garantir a **segurança, eficiência e qualidade** da execução, bem como a **transparência** e o controle na utilização dos recursos públicos.

3.11. O valor anual total estimado para a contratação é de **R\$ 180.840,00 (cento e oitenta mil oitocentos e quarenta reais)**.

3.12. O Parecer técnico não sigiloso tem previsão no Art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece que *“O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.”* Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.

3.13. O modo de disputa será aberto, mediante a apresentação de lances públicos e sucessivos, objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.

3.14. O critério de julgamento da Licitação será o de menor preço . Visto que o Projeto Básico e o Edital já apresentam informações do serviço para contratação de empresa, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço é o mais adequado.

4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1. A execução do Objeto deste Projeto Básico tem amparo legal disposto na seguinte legislação:

4.1.1. Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);

4.1.2. Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);

4.1.3. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);

4.1.4. Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);

4.1.5. Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

4.1.6. Lei nº 9.069/1995 (Art. 28 - Reajuste anual);

4.1.7. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);

4.1.8. Lei Complementar nº 155/2016 (Altera a Lei Complementar nº 123/2006);

4.1.9. Decreto nº 8.945/2016 (Dispõe, no âmbito federal, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);

4.1.10. Decreto nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços);

4.1.11. Lei Distrital nº 4.611/2011 (Dispõe sobre tratamento preferencial e simplificado nas contratações pública microempresas e Empresas de Pequeno Porte);

4.1.12. Lei Distrital nº 6.112/2018 (Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a administração pública do Distrito Federal);

4.1.13. Decreto Distrital nº 35.592/2014 (Regulamenta tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);

4.1.14. Decreto Distrital nº 45.539/2024 (Dispõe, no âmbito distrital, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);

4.1.15. Decreto Distrital nº 40.388/2020 (Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade);

4.1.16. Acórdão 1.502/2018 Plenário TCU (divulgação obrigatória do orçamento de referência);

4.1.17. Decisão Normativa nº 02/2012 TCDF (Regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros);

4.1.18. Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP (RLC);

4.1.19. Lei Federal nº 5.194/1966 (Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo);

4.1.20. Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);

4.1.21. Lei Distrital nº 3.985/2007 (Mão-de-obra reabilitada ou portadora de deficiência);

4.1.22. Decreto Distrital nº 32.598/2010 (Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal);

4.1.23. Acórdão 19/2017 Plenário TCU (Utilização Orçamento Estimativo como marco inicial para reajustamento);

4.1.24. Acórdão 1.502/2018 Plenário TCU (Divulgação obrigatória do orçamento de referência);

4.1.25. Instrução Normativa n.º 367/2022 - NOVACAP/PRES/ASESP (Reequilíbrio);

4.1.26. Instrução Normativa SLU nº 23/2020 (Altera a Instrução Normativa nº 03/2020 SLU);

5. DEFINIÇÕES E SIGLAS

5.1. São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Projeto Básico:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: são as especificações técnicas do material a ser fornecido pela empresa contratada.

CONTRATADA: é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

CONTRATANTE: é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

EXECUÇÃO INDIRETA: contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

FISCAL DO CONTRATO: empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a ser adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pela contratada.

FISCALIZAÇÃO: é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

GESTOR DO CONTRATO: empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, considerando o que prevê o instrumento e as normas internas da NOVACAP.

CUSTO UNITÁRIO: custo para execução de uma unidade de medida do item previsto.

PREÇO UNITÁRIO: preço referente a uma unidade de medida do item previsto. É igual ao custo unitário acrescido do valor de BDI considerado para o item.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO: detalhamento do preço unitário do item, expressando a descrição, coeficientes de consumo, custos unitários dos materiais e serviços associados (frete), impostos e BDI relativos à execução de uma unidade de medida.

BDI: percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

PREPOSTO: pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: é a comprovação de experiência na execução do objeto em questão.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: é o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020.

5.2. SIGLAS:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas.

NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES

6.1. O quantitativo estimado para contratação de serviço continuado de empresa especializada na manutenção de equipamentos utilizados em gás liquefeito de petróleo (GLP), foi realizado conforme planilha abaixo:

CÁLCULOS DO CUSTO CONSIDERANDO A MEDIANA							
Item	Descrição	Unidade	Quantidade mensal	Quantidade anual	Preço unitário	Custo mensal	Custo anual
1	Manutenção preventiva programada	un	1	12	R\$5.480,00	R\$5.480,00	R\$65.760,00
2	Manutenções emergenciais em horário normal sob demanda	un	2	24	R\$1.370,00	R\$1.370,00	R\$32.880,00
3	Manutenções emergenciais em horário noturno sob demanda	un	2	24	R\$2.055,00	R\$2.055,00	R\$49.320,00
4	Manutenções emergenciais em feriados e fins de semana sob demanda	un	1	12	R\$2.740,00	R\$2.740,00	R\$32.880,00
						R\$15.070,00	R\$180.840,00

6.2. Para a obtenção do preço unitário, foi utilizada a mediana, sendo esta metodologia mais vantajosa quando as distribuições numéricas normais apresentam valores discrepantes.

6.3. O custo unitário dos serviços, constantes nas tabelas acima, foram obtidos conforme Memorial Descritivo (151373512).

6.4. Com base nos orçamentos das empresas A (146188354), B (146188414) e C (151248272), foram obtidos os valores unitários médios, conforme detalhado na tabela acima. O valor anual totalizou R\$ 180.840,00 (cento e oitenta mil oitocentos e quarenta reais).

6.5. O prazo de vigência será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogados na forma, condições e hipóteses previstas no Edital e no art. 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, até o limite de 5 (cinco) anos.

6.6. As obrigações financeiras decorrentes dos serviços a serem executados serão atendidas com recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual - **LOA** vigente (Lei nº 7.377 de 29/12/2023 - DODF EDIÇÃO EXTRA nº 89-B de 29/12/2023), cujas diretrizes orçamentárias são objeto da Lei 7.313 de 27/08/2023 - DODF nº 171 de 12/09/2023 - **LDO**, que tem adequação ao Plano Plurianual 2024-2027 (Lei nº 7.378 de 29/12/2023 – DODF EDIÇÃO EXTRA nº 89-C - **PPA**) e em atenção ao **Decreto Nº. 44.162 de 25/01/2023** serão classificadas orçamentariamente, conforme abaixo:

Programas de Trabalho:	15.452.6209.8508.0002 (***) MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL
Natureza da Despesa:	33-90-39
Valor:	R\$723.360,00 (setecentos e vinte e três mil trezentos e sessenta reais)
Fonte de Recursos:	100

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

7.1. A documentação técnica que compõe este Projeto Básico, e que fará parte integrante do Contrato, com o mesmo valor como se nele estivesse transcrita, é composta pelos documentos listados a seguir:

- Correspondência Eletrônica NOVACAP/DU/DEINFRA/NUASF à Gasfilar(146084316);
- Correspondência Eletrônica NOVACAP/DU/DEINFRA/NUASF à Ethtecgas (146084425);
- Correspondência Eletrônica NOVACAP/DU/DEINFRA/NUASF à Jlinstalacoesparagas (146084522);
- Despacho NOVACAP/DU/DEINFRA/NUASF (149867243);
- Despacho NOVACAP/DU/DEINFRA/DIPROJ/SEPROJ(Pesquisa de Preços Banco de preços) (150884532);
- Proposta de preço - Astec Instalações (146188354);
- Proposta de preço - Tecfornos (146188414);
- Proposta de preço - Engetec (151248272);
- Especificação Técnica- Manutenção GLP (151384884);
- Memorial Descritivo (151373512);
- Despacho NOVACAP/DU/DEINFRA/NUASF (151476440);
- Nota Técnica 37 (154279494);
- Disponibilidade Orçamentária 538 (155211902);
- Parecer 64 (162766215);
- Despacho NOVACAP/DO/DPU/DPMA (169240569);
- Pesquisa de Preços - Banco de Preços (170828098);
- Pesquisa de Preços - Painei de Preços (170828309);
- Despacho NOVACAP/DO/DDR/DPAP (170828632).

8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

8.1. Os documentos técnicos relativos ao serviço são compostos, de forma complementar, pelos documentos mencionados no subitem 7.1 deste Projeto Básico e pelos anexos do Edital.

8.2. Para fins de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

- 8.2.1. Em caso de divergência entre as planilhas estimativas da NOVACAP e as especificações técnicas dos demais documentos elencados no subitem 7.1, prevalecerão as especificações técnicas;
- 8.2.2. Em caso de divergência entre os documentos elencados no subitem 7.1 e este Projeto Básico, prevalecerá este último;
- 8.2.3. Em caso de divergência entre os documentos elencados no subitem 7.1 e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão as Normas da ABNT;
- 8.2.4. Em caso de divergência entre este Projeto Básico e as Normas da ABNT, prevalecerão as Normas da ABNT;
- 8.2.5. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das disposições contidas nos documentos elencados no subitem 7.1 e neste Projeto Básico, deverão ser consultados os autores dos documentos e a FISCALIZAÇÃO;
- 8.2.6. Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá sempre o documento impresso;
- 8.2.7. Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha estimativa da NOVACAP e o custo unitário apresentado na composição de custo e preço unitário do próprio serviço, prevalecerá este último.

9. DA VISITA E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS

9.1. Da visita:

- 9.1.1. Recomenda-se que a empresa proponente visite o local do serviço objeto da contratação, a fim de verificar todos os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, topografia, condições do terreno, estocagem de equipamentos, ferramentas, entre outros.
- 9.1.2. As visitas mencionadas no subitem anterior deverão ocorrer em dias úteis, até o último dia anterior à data de realização do certame.
- 9.1.3. As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, considerando a necessidade de disponibilização de um profissional para acompanhamento. O horário das visitas será das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (61) 3403-2430 ou (61) 3403-2460.
- 9.1.4. Todos os custos associados às visitas serão de responsabilidade exclusiva da proponente.
- 9.1.5. Considerando que a vistoria/visita é facultativa, a proponente não poderá alegar desconhecimento das condições e dificuldades existentes para se eximir das obrigações assumidas ou para justificar pedidos de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto contratado. A proponente assume a responsabilidade pelo risco de identificar, durante a execução dos serviços, problemas que não tenham sido observados em vistoria/visita prévia. Portanto, não serão aceitos pedidos de acréscimos/supressões decorrentes desse risco, devendo todas as observações e considerações necessárias para a perfeita execução da obra ser informadas à contratante antes da apresentação da proposta, nos prazos estabelecidos no edital.

9.2. Da conferência preliminar de documentos:

- 9.2.1. Antes da data de apresentação da proposta para a execução da obra, a proponente deverá:
 - 9.2.1.1. Realizar um estudo minucioso, verificando a compatibilidade das informações, comparando os projetos, as especificações, as planilhas estimativas e os demais componentes da documentação técnica que compõem este Projeto Básico.

9.2.1.2. Após a verificação preliminar, comunicar imediatamente, por escrito, à NLC/PRES/NOVACAP, dentro do prazo estabelecido no edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades observadas, inclusive quanto a transgressões às legislações e normas vigentes, para que sejam corrigidos eventuais erros, omissões ou discrepâncias que possam comprometer o desenvolvimento da obra.

10. **DAS PROPOSTAS**

10.1. Da apresentação da proposta:

10.1.1. A Proponente deverá considerar, para efeito da elaboração de sua proposta de preço, que os respectivos quantitativos são aqueles apresentados no item 6 deste Projeto Básico. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item "19. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS" deste Projeto Básico .

10.1.2. Eventuais divergências detectadas pela Proponente nos documentos elencados no item 7.1 deverão ser comunicadas a esta Companhia.

10.1.3. Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita do CONTRATADA com todos os documentos elencados no item 7.1 e anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões.

10.1.4. As licitantes deverão apresentar a composição de preço unitário do material.

10.1.4.1. A composição de preço unitário deverá expressar detalhadamente todos os insumos e serviços para sua formação - material e serviços associados, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, custos unitários e totais;

10.1.4.2. A composição de preço unitário deverá apresentar também os valores dos impostos incidentes no serviço, BDI e pedágio (se houver);

10.1.4.3. A composição de preço unitário deverá estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na proposta da proponente;

10.1.5. O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP (por lote).

10.1.6. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua entrega.

11. **PRAZO, LOCAL E HORÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

11.1. O prazo de vigência será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogados na forma, do artigo nº 71, lei 13.303/2016 e artigo 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil NOVACAP, *litteris*:

Art. 171. A duração dos contratos regidos por este REGULAMENTO e pela Lei nº 13.303/ 2016, não excederá o prazo de 5 (cinco) anos, contado da sua assinatura, exceto:

I - para projetos contemplados no Plano de Negócios e Investimentos da NOVACAP;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos, seja prática rotineira de mercado e a imposição deste limite inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

Art. 177. Os prazos dos contratos poderão ser prorrogados no interesse da NOVACAP nas hipóteses previstas na matriz ou mapa de riscos, no Edital e no contrato, desde que justificados no processo administrativo respectivo e demonstrados.

11.2. O reajuste contratual será regido por índice oficial, que é o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

11.3.Os serviços iniciarão após assinatura do contrato.

11.4. O prazo para iniciar os serviços de manutenção emergencial/corretiva será de até 04 (quatro) horas após a demanda do executor do contrato.

11.5. A empresa será acionada pelo executor do contrato para realizar as manutenções corretivas e apresentar relatório.

11.6. As manutenções preventivas serão realizadas mensalmente.

11.7. Será realizada 01 (uma) manutenção preventiva programada por mês, de acordo com o cronograma previamente estabelecido, abrangendo todos os equipamentos que fazem parte deste projeto básico. A alteração do cronograma deverá ser realizada com no mínimo 15 dias de antecedência.

11.8. Os pedidos serão realizados por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta, WhatsApp, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente. Caberá ao gestor do contrato comprovar o envio do pedido ao contratado.

11.9. O serviço a ser executado não acarretará qualquer ônus adicional à NOVACAP, ficando a cargo da empresa contratada a responsabilidade por quaisquer eventos que possam surgir.

11.10. O local de execução do serviço será na área da usina de produção de asfalto da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, situada no SAP Sul, Lote B, Brasília-DF, CEP 71.215-000.

- Coordenadas (Google - 2022):
 - Latitude: 15°48'53.91"S
 - Longitude: 47°57'21.69"O

12. **EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA / COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

12.1. O Responsável Técnico (RT) da PROPONENTE deverá comprovar, a qualquer tempo, a execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação. A comprovação deverá ser feita por meio de certidão(ões) e atestado(s) em nome do próprio RT, emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CRQ. Além disso, deverá ser apresentada a(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), acompanhada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional ou documento equivalente, comprovando a execução dos seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE
1	Execução de serviços de manutenção de equipamentos utilizados em gás liquefeito de petróleo (GLP)	UN

12.2. As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, a qualquer tempo, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O(s) atestado(s) para comprovação de capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado que atue ou tenha atuado como responsável técnico da empresa. Na documentação comprobatória do acervo profissional, deve constar o nome da pessoa jurídica do licitante e da empresa contratada para a execução da obra ou serviços, sendo permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços. Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução dos serviços apresentados nas tabelas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
01	Execução de serviços de manutenção de equipamentos utilizados em gás liquefeito de petróleo (GLP)	1

12.2.1. Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação da capacidade operativa da PROPONENTE correspondem a comprovação de execução de serviços de manutenção de equipamentos utilizados em gás liquefeito de petróleo (GLP). A exigência foi adotada devido à natureza do objeto, que se trata de um serviço de grande relevância técnica, exigindo que a empresa possua capacidade técnico-operacional para executá-lo com agilidade, qualidade e segurança adequadas. O objetivo é também reduzir a probabilidade de atrasos na entrega do serviço ou da não conclusão total do objeto, o que causaria grande prejuízo à NOVACAP.

13. **GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

13.1 A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou das especificações dos projetos de engenharia.

13.2 A CONTRATADA deverá zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela execução dos serviços.

13.3 A CONTRATADA deverá seguir o “Manual de Boas Práticas: Controle de erosão do solo e manejo de sedimentos e outros contaminantes em canteiro de obras”, publicado pela ADASA em 2022, disponível no site daquela Agência e no Doc. SEI/GDF 96303918.

13.4 A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

13.5 A CONTRATADA deverá avaliar os impactos de vizinhança que possam ser causados pela obra/serviço, na forma da legislação, sempre que couber.

13.6 A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo gerado, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, de acordo com o Decreto nº 46.520, de 13 de Novembro de 2024, a Portaria SODF nº 03, de 11 de Janeiro de 2024, o Decreto nº 45.189, de 22 de Novembro de 2023, a Lei nº 5.610/2016, a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, a Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011, bem como a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas atualizações, além de atender às disposições sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos, atendendo às exigências referentes à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contidas na Lei 12.305/2010.

13.7 A CONTRATADA deverá respeitar o Decreto nº 39.968 de julho de 2019 – que estabelece o prazo para a cobrança do preço público para manejo de resíduo de construção civil na URE/SLU, gerados por órgão da administração direta e indireta e empresas públicas no Distrito Federal, previsto no art. 22, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011 (publicação de normativa que altera o gerenciamento de resíduos sólidos, especificamente para o caso da construção civil).

13.8 A CONTRATADA deverá elaborar e submeter à aprovação do órgão ou entidade distrital competente e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, conforme Lei Distrital nº 4702/2011 e o Decreto nº 45.189, de 22 de Novembro de 2023.

13.9 A CONTRATADA deverá possuir profissionais devidamente cadastrados e vinculados à CONTRATADA no sistema [PGRS Digital](#), assim como elaborar o(s) Plano(s) de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dentro do sistema [PGRS Digital](#) com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme o Decreto nº 46.520, de 13 de Novembro de 2024.

13.10 A CONTRATADA deverá atender ao que consta da [Portaria do MMA nº 280/2020](#) e [Portaria Conjunta nº 04/2021](#) do DF, em especial a obrigatoriedade da emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR no âmbito do Distrito Federal, por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR e do PGRS Digital.

13.11 Quando exigido, a CONTRATADA deverá providenciar toda a documentação e os estudos necessários para a obtenção da licença ambiental, bem como possuir Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais (CTF/APP - IBAMA) e registro no sistema HARPIA/IBRAM para as tratativas relacionadas ao licenciamento ambiental. O recebimento definitivo dos estudos estará condicionado à aprovação pelo órgão ambiental competente.

13.12 A CONTRATADA deverá executar medidas de mitigação/recuperação dos danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental, quando exigido, e na legislação em vigor, bem como deverá atender às condicionantes estabelecidas e confeccionar todos os documentos exigidos na Licenças Ambientais

13.13 No caso de obras sujeitas à Licença Ambiental, a CONTRATADA deverá apresentar, no recebimento provisório da obra, Relatório acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART o qual deve abranger as ações executadas na obra, com ênfase nos aspectos ambientais, sendo respaldado por evidências como fotos, documentos, recibos, notas fiscais, entre outros. O relatório deve demonstrar de maneira clara o cumprimento das condicionantes especificadas na licença.

13.14 Caso haja movimentação de terra para execução da obra, a CONTRATADA será responsável pela elaboração dos estudos/projetos e pela obtenção dos documentos necessários para realizar as tratativas quanto ao licenciamento junto ao órgão ambiental.

13.15 Caso haja necessidade de realizar supressão vegetal para execução da atividade, a CONTRATADA deverá informar a esta Companhia, bem como obter a documentação, elaborar realizar os estudos/documentações necessários e manter registro no cadastro no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor/IBAMA) para tratativas junto ao órgão ambiental, conforme estabelecido pelo Decreto Distrital 39.469/2018 e demais normativas correlatas.

13.16 Havendo necessidade de supressão vegetal, a CONTRATADA será responsável pela execução do serviço e pela elaboração dos relatórios quando da obtenção das licenças ambientais necessárias para o caso em comento.

13.17 Caso haja necessidade de realizar Plano de Recuperação de Área Degradada ou Alterada - PRADA, fica a CONTRATADA responsável pela elaboração do referido estudo, dos documentos necessários para obtenção de eventuais licenças, bem como execução das atividades necessárias para recuperação da área, conforme [Instrução Normativa nº 33, de 02 de outubro de 2020 – Brasília Ambiental](#) e demais normativas referentes correlacionadas. A necessidade do PRADA deve ser informada à CONTRATANTE, bem como à parte interessada, para direcionamento e tratativas junto ao órgão ambiental.

13.18 A CONTRATADA deverá se manifestar caso sejam necessários outros documentos, licenças, anuências, alvarás ou manifestações de órgãos competentes para a execução da obra em questão.

13.19 A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

13.20 A CONTRATADA deverá observar as especificidades do caso em questão, conforme análise complementar disponibilizada no processo.

13.21 Os itens 13.1 a 13.21 estabelecem diretrizes gerais sobre gestão ambiental e critérios de sustentabilidade aplicáveis a obras e serviços. No contexto específico deste certame, a empresa vencedora deverá atender aos critérios compatíveis com a realidade da execução contratual, garantindo conformidade com as práticas sustentáveis exigidas. Para assegurar a correta implementação dessas diretrizes, a NOVACAP dispõe da Divisão de Meio Ambiente (DMAM), um setor especializado que pode oferecer orientação detalhada sobre as medidas a serem adotadas. A DMAM está à disposição para esclarecer dúvidas e indicar ações específicas para garantir que os serviços sejam conduzidos de maneira ambientalmente responsável, alinhados às boas práticas de sustentabilidade.

14. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1. Compete à CONTRATADA a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à conclusão e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando este Projeto Básico e/ou os demais documentos elencados no subitem 7.1 apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento.

14.2. A execução do serviço obedecerá às normas e métodos previstos na ABNT e no IBRAM, considerando-se as indicações contidas no Projeto Básico e suas respectivas especificações técnicas.

14.3. Serviços executados em desconformidade com as normas da ABNT e/ou do IBRAM deverão ser rejeitados e impedidos de medição e pagamento.

14.4. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

14.4.1. Falta de execução dos serviços contratados.

14.4.2. Falta de segurança e perfeição dos serviços realizados e sua consequente reexecução solicitada pela FISCALIZAÇÃO.

14.4.3. Falta de documentos técnicos que compõem este Projeto Básico.

14.4.4. Danos causados diretamente ou indiretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ainda que resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

14.4.5. Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação ou norma específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.

14.4.6. Transporte e deslocamento interno de todo o material necessário à execução dos serviços.

14.5. Para qualquer serviço mal executado, a FISCALIZAÇÃO se reservará o direito de mandar refazer o serviço, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão do serviço.

14.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

14.7. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos quando a FISCALIZAÇÃO determinar ou autorizar por escrito.

15. **HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

15.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo o equipamento de proteção individual e coletiva necessário para o desempenho de cada atividade específica a todos que trabalhem ou permaneçam em área de risco. Será responsável pela orientação e **fiscalização** da utilização desses equipamentos, devendo garantir que estejam, permanentemente, em condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas. A CONTRATADA deverá exigir que seus empregados, quando em serviço, utilizem todos os equipamentos de proteção individual (EPI) na realização de atividades que assim os exijam, tais como capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, etc., observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.

15.2. A CONTRATADA deverá também fornecer protetor solar aos empregados expostos ao sol na execução das obras e serviços, conforme o art. 2º, § 1º, inciso I da Lei nº 4.182, de 21 de julho de 2008, e a NR 06 do Ministério do Trabalho.

15.3. A CONTRATADA deverá atender à Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho:

(...)

Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho (SESMET).

Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras especificados.

(...)

15.4. A CONTRATADA deverá atender a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas, em especial:

- **NR-4** - O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, constantes dos Quadros I e II desta norma (aplicável somente para empresas com mais de 100 empregados).
- **NR-5** - A CIPA será composta por representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma (aplicável somente às empresas que, para a execução do contrato, necessitem dispor de mais de 20 empregados).
- **NR-6** - Trata de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- **NR-7** - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
- **NR-10** - Trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- **NR-12** - Trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.
- **NR-15** - Trata de Atividades e Operações Insalubres.
- **NR-16** - Trata de Atividades e Operações Perigosas.
- **NR-18** - Trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- **NR-35** - Trata da realização de Trabalho em Altura.

15.5. Caberá à CONTRATADA manter no local de execução dos serviços o material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado e sob os cuidados de pessoas treinadas para manipulá-lo, conforme disciplina a NR 07 do Ministério do Trabalho.

15.6. A CONTRATADA deverá assegurar que os profissionais das equipes residentes e outros que venham a prestar serviços na obra se apresentem devidamente identificados (com crachá da empresa) e uniformizados, devendo fornecer-lhes uniformes completos, dentro dos padrões de eficiência e higiene, e equipamentos de proteção individual em atendimento à NR 06, incluindo calçados apropriados a cada ofício.

16. **MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

16.1. As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste Projeto Básico, bem como o que for estabelecido no Edital e no Contrato.

16.2. Os critérios de medição dos serviços deverão estar condizentes com as respectivas unidades de medida, constantes nas planilhas orçamentárias contratuais.

16.3. A emissão de fatura/nota fiscal está condicionada a autorização expressa da FISCALIZAÇÃO e apresentação dos documentos relacionados abaixo, assim como quaisquer outros documentos previstos no Edital e/ou no Contrato, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP:

16.3.1. Comprovação de regularidade fiscal;

16.3.2. Apresentação do relatório de manutenção.

17. **REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO**

17.1. Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

17.1.1. Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irreeajustáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

17.1.2. O reajuste contratual será aplicado após o prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, contados a partir de **19/09/2024**, data da conclusão do Memorial Descritivo (151373512), adotando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

17.1.3. Será utilizado para reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

17.2. Para fins de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

17.2.1. O reequilíbrio poderá ser concedido a qualquer tempo, conforme disposto no artigo 210 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

17.2.2. Para o reequilíbrio dos preços do objeto deste Projeto Básico, a CONTRATADA deverá fornecer documentos comprobatórios que caracterizem o desequilíbrio contratual.

17.2.3. O pedido de reequilíbrio deverá estar em acordo com os procedimentos e critérios adotados na Instrução Normativa 367/2022 – NOVACAP/Pres/Asesp (Doc. SEI 96359900).

18. **GARANTIAS E SEGUROS**

18.1. Será exigida da CONTRATADA garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser apresentada no prazo de 15 dias úteis contados a partir da celebração do contrato, facultando-se à CONTRATADA a opção por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. Em caso de alteração do valor do contrato, o valor da garantia deverá ser atualizado, nas mesmas condições pactuadas originalmente.

18.2. Serão obedecidas as disposições dos artigos 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 e 166 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

18.3. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante o transporte e a entrega dos equipamentos e materiais, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados ao serviço contratado, em quaisquer tipos de situações.

19. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

19.1. Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação durante a execução do serviço proveniente de pessoas não autorizadas.

19.2. Serão admitidos acréscimos e supressões, desde que estejam de acordo com a Lei 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, e desde que a solicitação de acréscimo/supressão pela CONTRATADA não corresponda a um risco alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da própria CONTRATADA.

19.3. Após a assinatura do Contrato, toda e qualquer sugestão da CONTRATADA visando modificar o Projeto Básico, especificações de materiais, quantidades ou substituição de serviços deverá ser encaminhada à FISCALIZAÇÃO para consulta e aprovação com a formalização de termo aditivo ao contrato. A consulta deverá ser realizada por meio de carta emitida em 02 (duas) vias, e deverá fornecer:

a) Justificativa técnica e comercial para as alterações propostas;

- b) Documentos comprovando a impossibilidade do fornecimento do material especificado por parte do fabricante, se for o caso;
- c) Quantidades a serem alteradas ou incluídas, conforme a justificativa apresentada na alínea "a" deste subitem;
- d) Composições de custo e preço unitário dos serviços novos, se for o caso, nos termos previstos em Edital;
- e) Coleta de preços de insumos não previstos na planilha contratual, se for o caso, apresentando propostas de três fornecedores;
- f) Documentos de análise técnica dos materiais por entidades reconhecidas no mercado, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

19.4. Caso haja alterações nos parâmetros de aprovação, habilitação e/ou licenciamento durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá regularizar novamente os projetos nos órgãos competentes.

20. SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Neste serviço não será permitido qualquer tipo de subcontratação ou subempreita dos serviços adjudicados à CONTRATADA, visto que, sob a ótica técnico-econômica, se mostra viável e adequada a execução integral do objeto por parte da CONTRATADA. Nesse sentido, o Acórdão 834/2014-TCU-Plenário apresenta a seguinte redação:

"A subcontratação deve ser tratada como exceção, de tal modo que a jurisprudência do TCU só tem admitido, em regra, a subcontratação parcial e, ainda assim, quando não se mostrar viável sob a ótica técnico-econômica a execução integral do objeto por parte da contratada e desde que tenha havido autorização formal do ente contratante."

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 21.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado público ou comissão especialmente designados;
- 21.2. O executor do contrato deverá verificar se todos os empregados da CONTRATADA estão utilizando os EPIs necessários para a execução dos serviços contratados;
- 21.3. Verificar a conformidade do objeto com as especificações constantes neste Projeto Básico e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento;
- 21.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma estabelecida no item 15, se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 21.5. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, além de:

- 22.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 22.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições fiscais da licitação;
- 22.1.3. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela NOVACAP durante a realização do contrato;
- 22.1.4. Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 22.1.5. Cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente e respondendo por qualquer crime ambiental que venha a praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes;
- 22.1.6. Cumprir as prescrições referentes às leis trabalhistas e da previdência social, sendo responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento do serviço;
- 22.1.7. O prazo para a iniciar a execução das manutenções corretivas será de até 04(quatro) horas após o recebimento da demanda do executor do contrato;
- 22.1.8. Será realizada 01(uma) manutenção preventiva programada por mês, de acordo com o cronograma previamente estabelecido, abrangendo todos os equipamentos que fazem parte deste projeto básico. A alteração do cronograma deverá ser realizada com no mínimo 15 dias de antecedência.
- 22.1.9. Elaborar e entregar relatórios detalhados após cada intervenção técnica, incluindo a descrição dos serviços realizados, peças substituídas, testes executados e qualquer recomendação adicional para futuras manutenções.
- 22.1.10. Manter registros históricos de todas as atividades de manutenção realizadas, facilitando a rastreabilidade e o planejamento de ações futuras.
- 22.1.11. Todos os equipamentos e materiais deverão, obrigatoriamente, atender às especificações técnicas e normas de segurança vigentes no Brasil. É essencial que o cumprimento dessas exigências observe sempre a legislação mais recente e em vigor, de forma a garantir a conformidade com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes.
- 22.1.12. A adoção dessas especificações técnicas e normas de segurança é fundamental para assegurar que os equipamentos e materiais empregados estejam de acordo com os critérios de qualidade e proteção operacional exigidos para as atividades desempenhadas. Isso inclui a observância rigorosa de regulamentações específicas para o manuseio e utilização de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), bem como a aplicação das normas técnicas relacionadas ao funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos envolvidos no processo produtivo.
- 22.1.13. Fornecer treinamento periódico aos operadores da NOVACAP sobre o manuseio correto dos equipamentos após a manutenção, visando a redução de falhas operacionais e o aumento da segurança.
- 22.1.14. Disponibilizar suporte técnico contínuo, inclusive fora do horário de expediente, para resolver eventuais emergências que possam surgir no funcionamento dos equipamentos.
- 22.1.15. Oferecer consultoria e orientação técnica à equipe da NOVACAP quanto ao uso e manutenção adequada dos equipamentos, sempre que necessário.
- 22.1.16. Atualizar a equipe operacional sobre novas tecnologias ou melhorias nos procedimentos de manutenção dos equipamentos.
- 22.1.17. A manutenção dos equipamentos que deverão garantir o pleno funcionamento da usina de asfalto BNA-USM120, marca BONAFER, ano 2012 e Aquecedor de fluidos Térmicos de propriedade da NOVACAP.
- 22.1.18. A empresa vencedora do certame deverá recolher os resíduos potencialmente poluidores provenientes desta manutenção e dar a devida destinação em conformidade com a legislação ambiental.
- 22.1.19. A mão de obra para manutenção preventiva e corretiva incluindo a troca das peças e as ferramentas necessárias para a manutenção dos equipamentos e de responsabilidade da contratada, exceto a aquisição das peças a serem substituídas.
- 22.1.20. A manutenção preventiva e corretiva deste projeto básico refere-se a todos os equipamentos pertencentes à NOVACAP, que vão do fim da rampa de gás até o último equipamento de queima do produto, incluindo todos os equipamentos acessórios como: painéis de comando, cabeamento e todos os demais equipamentos que fazem parte do queimador da usina e aquecedor de fluidos térmicos.
- 22.1.21. A empresa vencedora do certame deverá garantir que todos os equipamentos por ela geridos estejam sempre em conformidade com as especificações técnicas e as normas de segurança vigentes no país, observando sempre a legislação mais recente e em vigor.
- 22.1.22. No caso do aquecedor de fluidos térmicos, todos os equipamentos desde o fornecimento dos gás pertencem à NOVACAP, inclusive a rampa de gás.
- 22.1.23. A empresa vencedora do certame deverá fornecer a relação de todas as peças e equipamentos com suas especificações, conforme itens 22.1.22. e 22.1.24..
- 22.1.24. Na Manutenção Preventiva deverá executar inspeções regulares nos equipamentos utilizados no processo de produção de CBUQ, conforme o cronograma previamente estabelecido, a fim de identificar possíveis desgastes ou falhas.
- 22.1.25. Realizar a limpeza e lubrificação dos componentes mecânicos e elétricos para assegurar a operação eficiente e prolongar a vida útil dos equipamentos.
- 22.1.26. Na Manutenção Corretiva deverá providenciar reparos imediatos em caso de falhas ou avarias nos equipamentos, minimizando o tempo de parada e garantindo a continuidade do processo produtivo.
- 22.1.27. Indicar as peças danificadas ou obsoletas, para utilizar somente os componentes originais ou equivalentes certificados, conforme as especificações técnicas estabelecidas.
- 22.1.28. Os prazos para a iniciar a execução das manutenções emergenciais serão de acordo com o que preconiza a **Especificação Técnica - Manutenção GLP (SEI nº 151384884)**.
- 22.1.29. Nos casos onde não há prazo definido, fica estipulado como prazo para atendimento o tempo máximo de 04(quatro) horas.

22.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas ao cumprimento do presente contrato, inclusive riscos de engenharia e de responsabilidade civil.

23. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

23.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e aquelas previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

- 23.1.1. Os motivos para rescisão do contrato são os apresentados no Art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
- 23.1.2. Conforme o art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, a rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo: por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP; ou de forma amigável, por acordo entre as partes.
- 23.1.3. As consequências decorrentes de rescisão por ato unilateral da NOVACAP são as apresentadas no art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

24. DAS SANÇÕES

24.1. Conforme o art. 251 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP:

24.1.1. As sanções aplicáveis pela NOVACAP na presente contratação são:

- 24.1.1.1. Advertência;
- 24.1.1.2. Multa;
- 24.1.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

24.1.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

24.1.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

24.1.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela Contratada.

24.1.5. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao valor da garantia prestada pela Contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença, que poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP ou, ainda, cobrada judicialmente.

24.1.6. O não pagamento da multa aplicada pela Contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

24.1.7. A advertência e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

24.1.8. O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

24.1.9. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos implica, durante a sua vigência, na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

24.1.10. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

24.2. As sanções serão aplicadas conforme os procedimentos apresentados na SEÇÃO XIII do CAPÍTULO I do TÍTULO IV do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

25. **RECURSOS E ARBITRAGEM**

25.1. A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada quanto a qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos no Projeto Básico ou no Contrato de que faz parte.

26. **MATRIZ DE RISCO**

MAPA DE RISCO														
Identificação e caracterização do risco							Ação de controle e mitigação	Controle / Mitigação / Contingência						
Item	Setor	Número do Processo SEI	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação Inicial		Documentos associados	Responsável	Nova probabilidade	Nova classificação	Ação para contingência		
1	DPMA	00112-00011100/2024-15	Recusa em atender solicitação do executor, dentro da legalidade e legitimidade.	1	10	10	Notificação.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
2	DPMA	00112-00011100/2024-15	Reincidência do item 1.	1	10	10	Aplicação de multa de 5% sobre o valor total do contrato.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
3	DPMA	00112-00011100/2024-15	Reincidência do item 1, pela segunda vez	1	10	10	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor do contrato.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
4	NLC / DPMA	00112-00011100/2024-15	Descumprimento de obrigações licitatórias ou contratuais consideradas faltas leves, que não acarretem prejuízos significativos à execução do objeto da licitação/contrato e não prejudiquem o andamento das atividades normais da NOVACAP.	1	10	10	Notificação.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
5	DPMA	00112-00011100/2024-15	Fornecimento de material, equipamento ou serviço fora do prazo estipulado na especificação técnica, termo de referência, instrumento contratual ou documento equivalente (atraso de até 30 dias).	1	10	10	Aplicação de multa de 5% sobre o valor do contrato e 0,33% por dia de atraso até 30 dias.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
6	DPMA	00112-00011100/2024-15	Fornecimento de material, equipamento ou serviço fora do prazo estipulado na especificação técnica, termo de referência, instrumento contratual ou documento equivalente (atraso acima de 30 dias).	1	10	10	Aplicação de multa de 5% sobre o valor do contrato e 0,66% por dia de atraso quando o atraso for superior a 30 dias. A contagem de tempo é desde o primeiro dia de atraso.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
7	NLC	00112-00011100/2024-15	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preço, contrato ou assinar / retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública.	1	10	10	Notificação.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
8	DO	00112-00011100/2024-15	Deixar de atender o item 7 com prazo superior a 10(dez) dias úteis.	1	10	10	Aplicação de multa de 15% sobre o valor do contrato / ata de registro de preço	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
9	DPMA	00112-00011100/2024-15	Recusa total ou parcial da entrega do material, equipamento ou serviço.	1	10	10	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2(dois) anos.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
10	DPMA	00112-00011100/2024-15	Descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega.	1	10	10	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor do contrato / ata de registro de preço.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
11	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Deixar de entregar a garantia contratual em até 15 dias úteis após a assinatura do contrato.	1	5	5	Aplicação de multa de 5% sobre o valor total do contrato / ata de registro de preço.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
12	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Deixar de entregar a garantia contratual entre 15 e 30 dias úteis após a assinatura do contrato.	1	5	5	Aplicação de multa de 15% sobre o valor do contrato / ata de registro de preço.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
13	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Deixar de entregar a garantia contratual por mais de 30 dias úteis após a assinatura do contrato.	1	5	5	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor do contrato / ata de registro de preço.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
14	NLC	00112-00011100/2024-15	Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório pelo arrematante.	1	10	10	Multa de 15% sobre o valor do certame licitatório arrematante.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
15	NLC	00112-00011100/2024-15	Entregar documentação falsa exigida para o certame licitatório	1	10	10	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a NOVACAP por um período não superior a 2 (dois) anos. A Administração Pública deverá registrar boletim de ocorrência na PCDF e encaminhar notícia de fato ao TCDF e MPDFT.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		
16	NLC	00112-00011100/2024-15	Não manter a proposta no certame licitatório	1	10	10	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a NOVACAP por um período não superior a 2 (dois) anos. A Administração Pública deverá registrar boletim de ocorrência na PCDF e encaminhar notícia de fato ao TCDF e MPDFT.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.		

							Ocorrência na PCDF e encaminhar notícia de fato ao TCDF e MPDFT.					garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
17	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal	1	10	10	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a NOVACAP por um período não superior a 2 (dois) anos. A Administração Pública deverá registrar boletim de ocorrência na PCDF e encaminhar notícia de fato ao TCDF e MPDFT.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
18	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Interpor recurso manifestamente protelatório	1	10	10	Aplicação de multa de 5% sobre o valor total do contrato / ata de registro de preço.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
19	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Descumprir sanção anteriormente imposta	1	10	10	Aplicação de multa de 15% sobre o valor do contrato / ata de registro de preço.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
20	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Deixar de adotar medidas corretivas no curso da contratação, do contrato ou instrumento equivalente	1	10	10	Aplicação de multa de 5% sobre o valor total do contrato / ata de registro de preço	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
21	NOVACAP	00112-00011100/2024-15	Praticar ato tipificado como crime, sem prejuízo das sanções penais cabíveis	1	10	10	Aplicação de multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a NOVACAP por um período não superior a 2 (dois) anos. A Administração Pública deverá registrar boletim de ocorrência na PCDF e encaminhar notícia de fato ao TCDF e MPDFT.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
22	DPMA / DLAB	00112-00011100/2024-15	Deixar de informar a Administração Pública reequilíbrio econômico financeiro que reduz o custo do produto final, impactando reequilíbrio para redução do valor do produto a ser pago.	1	10	10	Aplicação de multa de 5% sobre o valor total do contrato e devolução de valores pagos além do estipulado no cálculo de reequilíbrio econômico financeiro.	Termo de referência, Edital de Licitação e Contrato.	Contratada	1	10	A NOVACAP deve promover cursos de atualização para seus empregados públicos, visando aprimorar suas competências, e adotar nos contratos, termos de referência e editais a previsão de multas mais expressivas, assegurando a aplicação de sanções administrativas rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

DIAGRAMA DE CÁLCULO DE RISCO

IDENTIFICAÇÕES		PROBABILIDADE									
		Rara	Improvável	Remota	Baixa	Moderada	Provável	alta	Muit alta	Quase certo	Certo
IMPACTO	Insignificante	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	Desprezível	2	4	6	8	10	12	14	16	18	20
	Marginal	3	6	9	12	15	18	21	24	27	30
	Mínimo	4	8	12	16	20	24	28	32	36	40
	Moderado	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50
	Considerável	6	12	18	24	30	36	42	48	54	60
	significativo	7	14	21	28	35	42	49	56	63	70
	Grave	8	16	24	32	40	48	56	64	72	80
	Catstrófico	9	18	27	36	45	54	63	72	81	90
	Devastador	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

DEFINIÇÕES DO DIAGRAMA DE CÁLCULO DE RISCOS:
IMPACTOS
Insignificante: Impacto mínimo sem qualquer consequência perceptível. As operações continuam inalteradas.
Desprezível: Impacto muito pequeno, praticamente imperceptível e que não requer ação corretiva.
Marginal: Impacto leve que causa pequenas perturbações, mas sem consequências significativas para as operações.
Mínimo: Impacto menor que pode ser resolvido rapidamente com recursos internos, sem grandes esforços ou custos.
Moderado: Impacto gerenciável que exige atenção e alguma ação corretiva, mas não compromete as operações de forma significativa.
Considerável: Impacto perceptível que pode afetar a eficiência operacional e requer planejamento e alocação de recursos para mitigação.
Significativo: Impacto substancial que pode causar interrupções ou mudanças nas operações e requer intervenções mais robustas.
Grave: Impacto severo que compromete operações importantes e necessita de intervenção imediata e significativa.
Catastrófico: Impacto extremamente severo que pode comprometer a viabilidade do negócio e causar danos irreparáveis.
Devastador: Impacto máximo com consequências amplamente prejudiciais, potencialmente levando à falência ou encerramento das operações.
PROBABILIDADES
Rara: Evento extremamente improvável de ocorrer. Pode acontecer uma vez em muitos anos.
Improvável: Evento pouco provável de ocorrer. Pode acontecer uma vez a cada vários anos.
Remota: Evento com baixa probabilidade de ocorrência. Pode acontecer uma vez a cada poucos anos.
Baixa: Evento que pode acontecer ocasionalmente, mas não é esperado com frequência.
Moderada: Evento que pode acontecer de tempos em tempos, com uma probabilidade razoável.
Provável: Evento que tem uma boa chance de ocorrer, sendo esperado de forma intermitente.
Alta: Evento que é esperado ocorrer frequentemente, mas não constantemente.
Muito Alta: Evento que ocorre regularmente e com alta frequência.
Quase Certo: Evento que é praticamente certo de ocorrer, com uma frequência muito alta.
Certo: Evento que é garantido de ocorrer, sem qualquer dúvida.

27. **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 1995. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios . Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Art. 28 estabelece reajuste anual para contratos. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9069.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. Instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12440.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011. Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei_4611_09_08_2011.html. (acesso em: 15/07/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 6.112/2018, de 02 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual de qualquer natureza com a administração pública do Distrito Federal. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3bf29283d9ea42ce9b8feff3d4fa253e/Lei_6112_02_02_2018.html. (acesso em: 15/07/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 35.592, de 2 de julho de 2014. Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 39.103, de 6 de junho de 2018. Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9540b9b3b6a54ae6877c1326b0d4d4fd9/Decreto_39103_06_06_2018.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Unidade de Administração Geral. Cartilha do Executor de Contrato / Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010. Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponibilizado em: http://www.seplag.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf (acesso em 18/03/2021).

NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Regulamento de Licitações e Contratos. Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020. Disponibilizado em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 18/03/2021).

TCU, Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 1.502/2018, de 30 de outubro de 2012. Dispõe que sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória. Disponibilizado em: <https://pesquisa.aqps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/acord%25C3%25A3o%25201502%2520F2018/%2520/DIRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520> (acesso em: 18/03/2021).



Documento assinado eletronicamente por **MAURILIO TIBERI CALDAS - Matr.0075118-9, Chefe da Divisão de Produção de Material**, em 30/05/2025, às 11:18, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO PERRELLA - Matr.0074806-4, Engenheiro**, em 30/05/2025, às 11:19, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **171924279** código CRC= **81BB4A39**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br